



A TWINSANTOS SGPS S.A. é uma sociedade gestora de participações sociais detida por dois irmãos gémeos, António Santos e Bernardo Santos, cujo período de tributação em IRC coincide com o ano civil e que é tributada pelo regime especial de grupos de sociedades. A TWINSANTOS SGPS S.A. aplica o regime geral do SNC, estando sujeita a certificação legal de contas. Esta sociedade foi constituída em 1989 (logo após a publicação do Decreto-Lei n.º 495/88, que instituiu o regime jurídico das sociedades gestoras de participações sociais), com um capital social de 120 000 EUR, repartido de igual forma pelos dois irmãos e respetivas famílias.

Os irmãos Santos, que se licenciaram em Engenharia Civil no IST, iniciaram as suas atividades profissionais nos anos 70 e depressa obtiveram sucesso no setor da construção civil, quer na construção de obras próprias - essencialmente prédios e moradias para habitação, quer em contratos de construção, nos setores público e privado.

No final da década de 80, com a entrada de Portugal na UE (então CEE) em 1986, o grupo diversificou as suas atividades, nos setores da Agricultura, Indústria e Serviços. A constituição em 1989 da TWINSANTOS SGPS S.A., sociedade onde foram concentradas todas as participações sociais detidas, foi um passo muito importante para a consolidação dos negócios dos irmãos Santos.

A TWINSANTOS SGPS S.A. tem sede em Santarém, mas desenvolve atividade por todo o país. O grupo emprega, em Portugal, mais de 1 000 colaboradores.

O conselho de administração da TWINSANTOS SGPS S.A. é composto por quatro pessoas, os dois irmãos e respetivos filhos primogénitos, sendo a presidência rotativa entre os dois irmãos, de dois em dois anos.

O Contabilista Certificado das empresas do Grupo TWINSANTOS é o Dr. Paulo Santos, primo direito dos gémeos Santos. Além de Contabilista Certificado das empresas do Grupo TWINSANTOS, o Dr. Paulo Santos é também sócio de uma sociedade de contabilidade, do qual é Diretor Técnico.

Questão 1.:

O diretor técnico de uma sociedade de contabilidade pode ser responsabilizado:

- a) Pela violação dos deveres estatutário e deontológicos a que a sociedade está obrigada.
- b) A título subsidiário, pelos erros cometidos por qualquer dos contabilistas certificados que exerçam funções na sociedade de contabilidade.
- c) Pelas coimas devidas pelos clientes por atraso no pagamento dos impostos.
- d) Todas as opções estão corretas.



Questão 2.:

Os sócios das sociedades profissionais de contabilistas certificados são responsáveis a nível disciplinar:

- a) Pelos atos praticados por si e por todos os colaboradores do escritório.
- b) Solidariamente com a sociedade pelos atos por si praticados.
- c) Pelos atos por si praticados.
- d) Pelos atos por si praticados e solidariamente pelos atos praticados pelos demais sócios da sociedade.

No âmbito do encerramento de contas do ano de 2019, a TWINSANTOS SGPS S.A., cujo capital é representado por 120.000 ações com o valor nominal 1 EUR cada, deparou-se com a necessidade de calcular o valor do seu resultado básico por ação.

Sabe-se que, em 2019, a empresa apresentou um resultado líquido do período de 145 000 EUR e que durante o ano foram adquiridas, a 1 de março, 20.000 ações próprias por 1,5 EUR e que as mesmas foram alienadas, na totalidade, em 30 de junho por 1,75 EUR.

Questão 3.:

Tendo em consideração exclusivamente as informações apresentadas, o valor do resultado por ação a apresentar das demonstrações financeiras de 2019 deve ser de:

- a) 1,144 EUR.
- b) 1,208 EUR.
- c) 1,324 EUR.
- d) 1,279 EUR.

No plano imobiliário, a estratégia do Grupo tem sido a aquisição dos imóveis necessários à atividade das várias empresas pela TWS IMOBILIÁRIA S.A. (detida a 100% pela TWINSANTOS SGPS S.A.) que depois os arrenda a preços de mercado às outras empresas do Grupo.



Questão 4.:

Para efeitos de IRC, as propriedades de investimento:

- a) São sempre depreciables.
- b) Nunca são depreciables.
- c) São depreciables desde que contabilizadas ao custo de aquisição.
- d) Podem ser depreciables ainda que mensuradas a justo valor, mas sempre tendo em conta o custo de aquisição.

A TWS IMOBILIÁRIA S.A. tem celebrados contratos de arrendamento de alguns dos seus imóveis, aplicando a isenção de IVA prevista no CIVA, mas também tem alguns contratos de cedência de espaço com gestão ativa dos imóveis, os quais estão sujeitos a IVA e dele não isentos. A empresa é pois um sujeito passivo misto em sede de IVA, face à existência de gastos comuns a ambos os tipos de contratos.

Questão 5.:

No que se refere às operações isentas de IVA ao abrigo do artigo 9.º do respetivo código:

- a) Conferem sempre direito à dedução do IVA suportado para a sua realização.
- b) O IVA exclusivamente suportado na realização das referidas operações apenas poderá ser deduzido em caso de renúncia à isenção do IVA, quando tal se mostrar possível.
- c) A renúncia à isenção do IVA nas operações internas será sempre prejudicial para o sujeito passivo, facto pelo qual a mesma não está prevista no respetivo Código.
- d) Apenas se aplicam mediante autorização prévia por parte da Autoridade Tributária, após requerimento a entregar pelo sujeito passivo aquando do início de atividade.

A TWS IMOBILIÁRIA S.A. está a desenvolver também um projeto imobiliário que obrigou à demolição de um armazém, para o que contratou a Demolição Segura, S.A. para prestar serviços de consultoria e acompanhamento na demolição do referido armazém. O contrato celebrado entre as partes, no início de dezembro de 2019, previu o acompanhamento da operação ao longo de 12 meses, com início em dezembro, sendo o valor acordado para o contrato de 36 000 EUR.

As condições acordadas previam, ainda, que 30% do valor total fosse faturado e pago no momento da assinatura do contrato de prestação de serviços.



Questão 6.:

Atendendo ao exposto, em 2019 a Demolição Segura, S.A. deve ter reconhecido:

- a) Um rédito de 7 800 EUR.
- b) O rédito no momento em que findou o contrato, em virtude de até esse momento incorrer em riscos associados ao mesmo.
- c) Um rédito de 10 800 EUR.
- d) Um rédito no valor de 3 000 EUR e um diferimento (rendimento a reconhecer) no valor de 7 800 EUR.

Outra empresa do Grupo TWINSANTOS é a TWS – Máquinas e Equipamentos Agrícolas Lda., com sede em Évora, onde possui o seu armazém, enquadrada no regime normal do IVA, e que enviou, no passado dia 03 de setembro, mercadorias à consignação para a ALFATEC-Alfaias Agrícolas, Lda., um seu cliente, revendedor, com sede e estabelecimento comercial em Beja.

Questão 7.:

O IVA relativo a esta operação é devido e exigível:

- a) No preciso momento em que os bens foram remetidos à consignação.
- b) No quinto dia útil seguinte à remessa dos bens à consignação, com a emissão de uma fatura à consignação.
- c) No momento em que os bens forem colocados à disposição do cliente final da ALFATEC-Alfaias Agrícolas, Lda., ou no prazo de um ano a contar da data da entrega à consignação das mercadorias, caso não tenha ocorrido a devolução dentro desse prazo.
- d) No momento em que os bens foram remetidos à consignação ou aquando da devolução dos mesmos, se concretizada no prazo não superior a 12 meses.

A TWS – Máquinas e Equipamentos Agrícolas Lda. necessitou de efetuar o desenvolvimento de um novo *site* institucional, tendo para tal contratado um *webdesigner*. Na data de lançamento do referido *site*, o *webdesigner* apresentou o valor dos honorários relativos ao trabalho desenvolvido no valor de 2 000 EUR, sujeitos a IVA à taxa de 23% e a retenção na fonte à taxa de 25%.



Questão 8.:

Relativamente ao reconhecimento contabilístico da operação mencionada na empresa TWS – Máquinas e Equipamentos Agrícolas Lda.:

- a) A conta “241 Estado e outros entes públicos - Imposto sobre o rendimento” será debitada por 500 EUR.
- b) A conta “242 Estado e outros entes públicos – Retenção de impostos sobre rendimentos” será debitada por 500 EUR.
- c) O montante a pagar ao prestador de serviços será de 1 960 EUR e a conta “242 Estado e outros entes públicos – Retenção de impostos sobre rendimentos” será creditada por 500 EUR.
- d) O montante a pagar ao prestador de serviços será de 1 960 EUR e a conta “242 Estado e outros entes públicos – Retenção de impostos sobre rendimentos” será creditada por 615 EUR.

Tendo ainda em consideração o desenvolvimento do *site*, que se destina apenas a promover e publicitar os produtos da TWS – Máquinas e Equipamentos Agrícolas Lda., existem dúvidas acerca do reconhecimento dos gastos associados a este projeto.

Questão 9.:

Neste contexto, estes montantes devem ser reconhecidos como:

- a) Gastos do período em que são incorridos.
- b) Ativo intangível.
- c) Propriedade de investimento.
- d) Nenhuma das anteriores.

A TWS – Máquinas e Equipamentos Agrícolas Lda. celebrou, em outubro de 2019, um contrato de locação operacional de duas viaturas ligeiras mistas, com a duração de quatro anos. O contrato não contempla seguro contra os riscos associados aos veículos, mas prevê despesas de manutenção.

Em conformidade com o estipulado no contrato de locação, três rendas serão pagas até ao final do ano de 2019.



Questão 10.:

Face ao exposto, no momento da celebração do contrato a empresa deverá:

- a) Não reconhecer um ativo, mas antes um passivo associado às rendas a pagar em 2019.
- b) Reconhecer o valor de aquisição das viaturas no ativo não corrente, valor que também figurará no passivo, repartido entre passivo corrente e passivo não corrente.
- c) Não reconhecer qualquer ativo ou passivo.
- d) Reconhecer o valor de aquisição das viaturas no ativo não corrente e, ainda, um passivo não corrente de igual montante.

António Feliciano integra a gerência da TWS – Máquinas e Equipamentos Agrícolas Lda. e mora num apartamento que adquiriu em Évora. Em 2020 foi eleito Administrador do Condomínio e uma das primeiras medidas que tomou foi contactar um operador de telecomunicações que estivesse interessado em utilizar o telhado do prédio para instalar uma antena.

Questão 11.:

Um Condomínio que auferir rendimentos prediais derivados da cedência de espaço a uma operadora de telecomunicações:

- a) É sujeito passivo de IRC por ter personalidade jurídica.
- b) Não é sujeito passivo de IRC.
- c) É sujeito passivo de IRC se obtiver rendimentos que não sejam tributados em IRS ou IRC diretamente na titularidade de pessoas singulares ou coletivas, como no caso presente.
- d) Está isento de IRC pela obtenção deste rendimento.



António Feliciano adquiriu, mediante escritura pública celebrada em 10 de maio de 2019, um apartamento destinado à sua habitação própria e permanente, pelo preço de 150 000 EUR, tendo então procedido ao pagamento do IMT que se mostrou devido.

No entanto, no dia 1 de outubro de 2020, decidiu afetar o apartamento a um estabelecimento de alojamento local (modalidade apartamento).

Questão 12.:

Na sequência de tal facto, indique qual das seguintes afirmações, em matéria de obrigações fiscais acessórias em sede de IMT a cumprir por António Feliciano, se encontra correta:

- a) Deverá proceder ao pedido de restituição total do IMT pago aquando da aquisição do prédio, uma vez que o mesmo estará afeto a uma atividade sujeita a IVA.
- b) Deverá solicitar, no Serviço de Finanças competente, a liquidação de IMT que seja devido, no prazo de 30 dias imediatos à alteração de destino dada ao imóvel.
- c) Não possui qualquer obrigação fiscal a cumprir em sede de IMT por via daquela alteração de afetação, uma vez que a mesma ocorreu passados mais de 12 meses da aquisição.
- d) Deverá apresentar um requerimento a solicitar a restituição parcial do IMT pago aquando da aquisição do prédio.

A Autoridade Tributária e Aduaneira aplicou uma coima no valor de 2 000 EUR à TWS – Máquinas e Equipamentos Agrícolas Lda., por pagamento fora de prazo do IVA do 2.º Trimestre de 2020. A sociedade considera o valor exorbitante e pretende recorrer judicialmente da aplicação da coima.

Questão 13.:

Nesta circunstância, o contabilista certificado:

- a) Deve representar o cliente junto do tribunal tributário.
- b) Deve assumir o pagamento da coima.
- c) Não tem qualquer responsabilidade pelo atraso no pagamento das coimas.
- d) Deve assumir o pagamento dos custos do processo.



Também a questão da responsabilidade subsidiária do Contabilista Certificado tem preocupado o Dr. Paulo Santos, Contabilista Certificado do Grupo TWINSANTOS.

Questão 14.:

A efetivação da responsabilidade subsidiária do contabilista pelos impostos dos seus clientes depende:

- a) Da excussão prévia do património do devedor principal.
- b) Da não comprovação pelo contabilista do cumprimento dos deveres de regularidade técnica a que está obrigado.
- c) Da discricionariedade do órgão de execução fiscal.
- d) Todas as hipóteses são verdadeiras.

Outra das empresas do Grupo TWINSANTOS SGPS S.A. é a TWS Transportes, Lda. (sujeito passivo de IVA do regime normal), que assegura os transportes necessários às restantes empresas do grupo.

Questão 15.:

Refira qual dos seguintes serviços de transporte se encontra sujeito a IVA em território nacional e dele não isento:

- a) Transporte de bens do Porto para Lisboa, faturado a um sujeito passivo registado para efeitos de IVA em Espanha, cujo número de identificação fiscal consta no VIES, indicando-o para a emissão da respetiva fatura.
- b) Transporte de bens de Madrid para Lisboa, faturado a um particular (não sujeito passivo de IVA) residente na capital portuguesa.
- c) Transporte de bens de Aveiro para Itália, faturado a um sujeito passivo registado para efeitos de IVA em Portugal, no âmbito de uma transmissão intracomunitária de bens realizada por este.
- d) Transporte de bens de França para Lisboa, no âmbito de uma aquisição intracomunitária de bens, faturado a um sujeito passivo com sede em Portugal e aí registado para efeitos de IVA.

A TWS Transportes, Lda., efetua muitos serviços de transporte para a TWS Vidro, S.A., empresa que tem sede na Marinha Grande, no setor vidreiro, no denominado “vidro automático”. Esta empresa tem estado especializada no fabrico de uma peça em vidro utilizada em instalações elétricas, dadas as excelentes capacidades de isolamento deste material.



Ao efetuar o orçamento para o ano 2021, a TWS Vidro, S.A. estima gastar 440 000 EUR para produzir 200 000 unidades, no primeiro semestre. No segundo semestre, prevê gastar 452 000 EUR para produzir 230 000 unidades.

Questão 16.:

Para o primeiro semestre do ano de 2021, os custos fixos e variáveis serão, respetivamente, de:

- a) 320 000 EUR e 60 000 EUR.
- b) 320 000 EUR e 72 000 EUR.
- c) 360 000 EUR e 80 000 EUR.
- d) 360 000 EUR e 92 000 EUR.

Numa outra pequena unidade fabril desta empresa, fabrica-se o artigo Ref. A387 do qual produziu e vendeu 12 000 unidades em 2019. O preço médio cobrado por unidade foi de 160 EUR e a margem de cobertura ou contribuição representa 20%.

Questão 17.:

Sabendo que os custos fixos ascenderam a 280 000 EUR, a Margem de Segurança em quantidade foi de:

- a) 2 500 unidades.
- b) 3 250 unidades.
- c) 3 500 unidades.
- d) 3 750 unidades.

Nesta unidade fabril utiliza-se o custo padrão para analisar os gastos de produção.

Questão 18.:

A determinação dos padrões deve considerar:

- a) As condições normais ou ideais na utilização dos recursos.
- b) A quantidade de cada recurso que é consumido para produzir uma unidade de produto acabado.
- c) O custo unitário de cada recurso consumido no fabrico dos produtos acabados.
- d) Todas as alíneas anteriores são verdadeiras.



Outro conceito que tem merecido muita atenção por parte da gestão da empresa é o do ponto crítico ou de equilíbrio.

Questão 19.:

No ponto crítico ou de equilíbrio, a margem de cobertura ou contribuição:

- a) Supera os custos fixos.
- b) Iguala os custos variáveis.
- c) É igual a zero.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores.

Com o intuito de financiar a montagem de uma nova linha de produção, a TWS Vidro, S.A. contraiu, em 1 de junho de 2019, junto do Banco Comercial e Negócios, um financiamento bancário no valor de 600 000 EUR. Sabe-se que este financiamento será liquidado em 40 prestações mensais no valor de 15 000 EUR cada, às quais acrescem juros à taxa anual de 6%. Atendendo à especificidade do negócio, a empresa obteve um período de carência de capital e de juros de um ano.

Questão 20.:

No que respeita a este financiamento, nas demonstrações financeiras de 2019, a TWS Vidro S.A. deve ter apresentado:

- a) Um passivo (Financiamentos obtidos) no montante de 600 000 EUR, um gasto no valor de 18 000 EUR e um saldo credor de igual montante na subconta “2722 – Credores por acréscimos de gastos”.
- b) Um passivo (Financiamentos obtidos) no montante de 618 000 EUR e um gasto no valor de 18 000 EUR.
- c) Um passivo (Financiamentos obtidos) no montante de 600 000 EUR, um gasto no valor de 21 000 EUR e um saldo credor de igual montante na subconta “2722 – Credores por acréscimos de gastos”.
- d) Um passivo (Financiamentos obtidos) no montante de 495 000 EUR, um gasto no valor de 21 000 EUR e um saldo credor de igual montante na subconta “2722 – Credores por acréscimos de gastos”.



As questões seguintes são independentes do texto anteriormente apresentado

QUESTÕES DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

A RESOLUÇÃO EFETUADA COM BASE NO SN

A RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES A SEGUIR APRESENTADAS DEVERÁ, QUANDO FOR O CASO, SER EFETUADA COM BASE NO REGIME GERAL DO SNC (28 NCRFs), A MENOS QUE SE REFIRA O CONTRÁRIO:

Questão 21.:

A empresa NHF, Lda. vendeu, durante o ano de 2017, 20 000 unidades de um determinado equipamento ao preço unitário de 750 EUR. Em conformidade com a legislação aplicável, todos os artigos comercializados têm um período de garantia de dois anos.

Tendo em consideração os dados históricos, a empresa incorre, em média, em custos associados com as reparações e substituição de artigos vendidos de 2% do volume de vendas.

Neste contexto, sabe-se que, relativamente aos equipamentos vendidos no ano de 2017, a empresa prestou serviços pós-venda em 2018 e 2019, de 180 000 EUR e 110 000 EUR, respetivamente.

Considerando apenas os dados disponíveis, em 31 de dezembro de 2019 a empresa deve:

- a) Debitar a conta “29 – Provisões” e creditar a conta “76 – Reversões”, por 190 000 EUR.
- b) Debitar a conta “67 – Provisões do período” e creditar a conta “29 – Provisões”, por 110 000 EUR.
- c) Debitar a conta “76 – Reversões” e creditar a conta “29 – Provisões”, por 10 000 EUR.
- d) Nenhuma das anteriores.



Questão 22.:

A empresa Comprivende, Lda. adquiriu, em julho de 2017, um equipamento de envelopagem. Sabe-se que a entidade estimou uma vida útil de 5 anos para o referido equipamento e que utiliza o método da linha reta no cálculo das depreciações, imputando-as numa base duodecimal.

Sabendo que, durante o mês de janeiro de 2020, aquele equipamento foi alienado por 1 950 EUR, originando uma mais-valia de 850 EUR, o custo de aquisição do equipamento foi:

- a) 2 075,00 EUR.
- b) 1 833,33 EUR.
- c) 2 200,00 EUR.
- d) 2 800,00 EUR.

Questão 23.:

Foi obtido, com referência à data de 31 de março de 2019, o extrato da conta “243 Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)”. Os dados constantes no referido extrato eram os seguintes:

Conta	Saldo Devedor (EUR)	Saldo Credor (EUR)
2431 IVA - Suportado	10 250	
2432 IVA - Dedutível	145 500	
2433 IVA – Liquidado		248 050
2434 IVA - Regularizações	75 000	30 200
2437 IVA - A recuperar	18 220	
2438 IVA – Reembolsos pedidos	24 430	



Face aos dados apresentados, pretende-se saber qual das seguintes afirmações é verdadeira:

- a) A empresa irá apurar um valor de IVA a pagar, relativo ao período, no montante de 4 850 EUR, o que corresponderá a um saldo credor na conta “2436 IVA – a pagar”.
- b) A empresa irá apurar um valor de IVA a pagar, relativo ao período, no montante de 39 530 EUR, o que corresponderá a um saldo credor na conta “2436 IVA – a pagar”.
- c) A empresa irá apurar um valor de IVA a recuperar, relativo ao período, no montante de 15 100 EUR, o que corresponderá a um saldo credor na conta “2437 IVA – a recuperar”.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 24.:

A empresa Exami, Lda. detém um conjunto de equipamento fabris adquiridos no início de 2015 por 525 000 EUR, cuja vida útil estimada é de 10 anos. A empresa utiliza o método da linha reta no cálculo das depreciações.

Em 2018, após o reconhecimento das depreciações do período, com o intuito de incrementar a qualidade da informação obtida, a empresa passou a adotar o modelo de revalorização na mensuração subsequente daqueles equipamentos. Em sequência, um perito avaliador independente avaliou os referidos equipamentos em 300 000 EUR.

Tendo em consideração apenas o exposto, à data do balanço de 2018:

- a) A empresa deve reconhecer uma perda por imparidade no valor de 15 000 EUR.
- b) A empresa deve reconhecer como gasto diferido no valor de 15 000 EUR e posteriormente imputar este valor a gastos do período ao longo da vida útil remanescente.
- c) A empresa deve reconhecer um excedente de revalorização no valor de 15 000 EUR.
- d) A empresa deve reconhecer um excedente de revalorização no valor de 37 500 EUR.



Questão 25.:

Uma sociedade apresentou os seguintes movimentos relativos ao mês de outubro, por ordem cronológica, no que respeita aos seus inventários:

- Aquisição de 200 unidades do artigo A ao custo unitário de 10 EUR com um custo de transporte associado de 2 EUR por unidade;
- Alienação de 50 unidades do artigo A ao preço de venda unitário de 19 EUR.
- Aquisição de 70 unidades do artigo A ao custo unitário de 13 EUR, tendo a entidade beneficiado de um desconto de pronto pagamento de 5%.

Sabendo que no início do mês de outubro, as existências do artigo A eram de 200 unidades, mensuradas ao custo unitário de 11 EUR e que não existiram quaisquer outras transações durante o mês, o valor do inventário no final do referido mês, caso a sociedade adote o Sistema de Inventário Permanente e utilize o custo médio ponderado como critério de custeio das saídas, é:

- a) 4 585,00 EUR.
- b) 4 935,00 EUR.
- c) 4 889,50 EUR.
- d) Nenhum dos anteriores.



QUESTÕES DE CONTABILIDADE ANALÍTICA

Questão 26.:

A depreciação de uma máquina utilizada especificamente no fabrico de um produto é um exemplo de um custo:

- a) Indireto.
- b) Direto.
- c) Variável.
- d) Específico não industrial.

Questão 27.:

No âmbito da Contabilidade Analítica ou de Custos, um custo ou gasto é:

- a) Uma saída de valores monetários da empresa.
- b) O ato de comprar ao exterior bens ou serviços.
- c) Um conceito financeiro associado ao endividamento da empresa perante o exterior.
- d) Um consumo de recursos com vista a atingir um determinado objetivo.

Questão 28.:

Uma determinada empresa, em abril do ano N, produziu 16 000 unidades, gastando para o efeito 140 000 EUR de custos fixos e 320 000 EUR de custos variáveis. No mês seguinte, com a mesma capacidade instalada, a referida empresa produziu 14 000 unidades, sendo o custo total por unidade produzida de:

- a) 20,00 EUR.
- b) 28,75 EUR.
- c) 30,00 EUR.
- d) 32,85 EUR.

Questão 29.:

Uma determinada empresa utiliza o sistema de custeio variável para efeitos de determinação do custo de produção. Relativamente ao produto QF, em abril de N, a empresa produziu 5 000 unidades, os inventários iniciais e finais de produtos acabados foram, respetivamente, 2 500 EUR e 3 500 EUR e os inventários iniciais e finais de produtos em curso de fabrico foram, respetivamente, 1 000 EUR e 250 EUR. Para produzir o referido produto, a empresa registou os seguintes gastos: Consumo de



matéria-prima no valor de 10 000 EUR; consumo de matéria-subsiária no valor de 3 000 EUR; 5 500 EUR de Mão de Obra Direta (parte variável); 2 000 EUR de energia e água da secção produtiva (80% do valor considerado variável); 1 500 EUR de renda da fábrica; 700 EUR de Gastos de Distribuição Variáveis e 300 EUR de Gastos Administrativos Fixos. No mês de abril de N:

- a) O custo de transformação ou conversão de QF foi de 15 500 EUR.
- b) O custo industrial da produção acabada (CIPA) de QF foi de 19 100 EUR.
- c) O custo industrial da produção vendida (CIPV) de QF foi de 19 850 EUR.
- d) Todas as alíneas anteriores são verdadeiras.

Questão 30.:

Uma determinada empresa fabrica, em regime de produção conjunta, o produto Alfa e o subproduto X. No mês de setembro do ano N, a empresa registou o valor de 99 900 EUR de custos conjuntos para produzir 2 000 unidades de Alfa e 500 unidades do subproduto X, vendendo cada unidade de Alfa e do subproduto X a 50 EUR e 15 EUR, respetivamente. O produto Alfa, no ponto de separação, encontra-se apto para venda, sem necessidade de suportar custos específicos. Não obstante, para se proceder à venda do subproduto X será necessário suportar custos de embalagem e custos de transporte que ascendem a 200 EUR e 150 EUR, respetivamente. Além disso, o subproduto X tem como custo de venda uma comissão de 10%. Sabendo que a empresa utiliza o critério do lucro nulo para valorizar o subproduto X, no mês de setembro do ano N, o custo de Alfa foi de:

- a) 92 400 EUR.
- b) 92 750 EUR.
- c) 93 150 EUR.
- d) 93 500 EUR.



QUESTÕES DE FISCALIDADE

Questão 31.:

A sociedade X, Lda., cuja contabilidade adota a NCRF-PE, adquiriu em 2019-05-10, um lote de ações de uma empresa cotada em bolsa, no valor total de 500 000 EUR, as quais representam 0,02% do capital social desta. A cotação das ações em 2019-12-31 era 530 000 EUR.

Nestes termos:

- a) Contabilisticamente a empresa está obrigada a relevar o justo valor dos instrumentos financeiros nos seus resultados e o mesmo releva para efeitos de IRC.
- b) Contabilisticamente a empresa não está obrigada a relevar o justo valor dos instrumentos financeiros nos seus resultados, embora o justo valor seja relevante para efeitos de IRC.
- c) Contabilisticamente a empresa não está obrigada a relevar o justo valor dos instrumentos financeiros nos seus resultados, nem o justo valor é relevante para efeitos de IRC.
- d) Contabilisticamente a empresa está obrigada a relevar o justo valor dos instrumentos financeiros nos seus resultados, mas o mesmo não releva para efeitos de IRC.

Questão 32.:

Carmina Alves, com domicílio em Faro, que exerce a atividade de cabeleireira e esteticista, está enquadrada no regime especial de isenção previsto no artigo 53º do Código do IVA. Em janeiro efetuou, pela primeira vez, aquisições de bens provenientes do estrangeiro uma vez que comprou a uma empresa registada para efeitos de IVA em Espanha várias embalagens de tintas para cabelos, tendo o fornecedor emitido uma fatura no valor de 2.500 EUR, não tendo Carmina Alves efetuado qualquer opção para efeitos de IVA.

Por esta aquisição verifica-se que:

- a) A operação configura uma aquisição intracomunitária de bens, sujeita a IVA em território nacional, sendo a empresa espanhola responsável pela liquidação do IVA.
- b) A operação configura uma importação de bens, sujeita a IVA em território nacional.
- c) Carmina Alves tem que alterar o seu enquadramento, deixando de estar abrangida pelo regime especial de isenção, porque passou a efetuar operações intracomunitárias de bens.
- d) A referida aquisição não está sujeita a IVA no território nacional.



Questão 33.:

A empresa “Paga Tarde, Lda.” procedeu ao pagamento, em março de 2020, das remunerações de trabalho dependente do seu colaborador João Desventurado, relativas aos meses de setembro a dezembro de 2019, no valor bruto de 3 000 EUR.

A taxa de retenção na fonte a aplicar é:

- a) A que na tabela de retenção na fonte aplicável aos rendimentos da categoria A corresponder aos 3 000 EUR.
- b) A que na tabela de retenção na fonte aplicável aos rendimentos da categoria A corresponder a 1 500 EUR.
- c) A que na tabela de retenção na fonte aplicável aos rendimentos da categoria A corresponder a 750 EUR.
- d) Zero.

Questão 34.:

Júlio Navarro, cidadão português com domicílio no Porto, particular, que não é sujeito passivo de IVA pelo exercício de qualquer atividade económica, adquiriu, por 25 000 EUR, uma viatura ligeira de passageiros proveniente da Alemanha, com 4.000 Km percorridos e 2 meses desde a data da primeira utilização, que pertencia a um familiar emigrante naquele país.

Para efeitos de IVA a referida aquisição:

- a) Não se encontra sujeita a IVA, uma vez que vendedor e comprador do veículo são particulares (não sujeitos passivos de IVA).
- b) Configura uma aquisição intracomunitária de um meio de transporte novo, efetuada em Portugal e aqui sujeita a IVA.
- c) Configura uma aquisição intracomunitária de um meio de transporte usado, não sujeita a IVA em Portugal.
- d) A aquisição de veículos automóveis está sujeita a Imposto sobre Veículos, pelo que se encontram excluídas da incidência do IVA.

Questão 35.:

A senhora Augusta Cardoso efetuou o pagamento de custas, no valor de 123 EUR, no tribunal da Comarca de Santarém, relativas a um processo relacionado com partilhas. Este valor:

- a) Respeita a uma prestação de serviços sujeita a IVA e dele não isenta.
- b) Respeita a uma prestação de serviços isenta de IVA.
- c) Não está sujeito a IVA por ser um valor reduzido.
- d) Não está sujeito a IVA porque as custas são cobradas no âmbito do exercício dos poderes de autoridade do Estado.



QUESTÕES DE MATÉRIAS ESTATUTÁRIAS E DEONTOLÓGICAS

Questão 36.:

No caso de justo impedimento por falecimento de cônjuge do contabilista certificado, a obrigação fiscal deverá ser cumprida:

- a) No prazo de 10 dias, contados da data limite de entrega da declaração.
- b) No prazo de 10 dias após a ocorrência do óbito.
- c) No prazo de 5 dias após o funeral.
- d) Não há qualquer prazo limite.

Questão 37.:

O contabilista certificado Manuel Silva foi sujeito, de urgência, a uma intervenção cirúrgica no dia 26 de junho, quatro dias antes do término do prazo para a entrega da declaração modelo 3 dos seus clientes. Nesta circunstância,

- a) Os clientes deverão aguardar o seu regresso para cumprir todas as obrigações fiscais que se vençam durante aquele período, assumindo o contabilista a responsabilidade pelas multas;
- b) Os clientes deverão nomear outro contabilista certificado para entregar aquela declaração fiscal;
- c) Os clientes deverão nomear um contabilista certificado suplente para cumprir as obrigações fiscais durante o período de impedimento do Manuel Silva;
- d) O contabilista certificado deverá junto da Autoridade Tributária invocar o justo impedimento, entregando aquelas declarações nos 30 dias seguintes.

Questão 38.:

António vai iniciar a atividade de contabilista certificado, pela primeira vez, numa empresa no dia 1 de julho. Nesse ano, deverá cumprir:

- a) 45 créditos de formação profissional contínua.
- b) 30 créditos de formação profissional contínua.
- c) 15 créditos de formação profissional contínua.
- d) Está dispensado de formação profissional no primeiro ano.

Questão 39.:

São membros efetivos da Ordem dos Contabilistas Certificados:

- a) Os contabilistas certificados e os membros estagiários.
- b) Os contabilistas certificados e os membros honorários.
- c) Os contabilistas certificados, as sociedades de contabilidade e as sociedades de profissionais.
- d) Apenas os contabilistas certificados.



Questão 40.:

O princípio da lealdade compreende:

- a) Em caso de substituição, o dever de contactar o colega antecessor para saber se há dívidas.
- b) O dever de não se pronunciar sobre o trabalho de colegas em qualquer circunstância.
- c) O dever de cobrar honorários iguais ou superiores aos do colega antecessor.
- d) Todas as anteriores.